

Neurodivergência no Ensino de Geografia: Um Levantamento da Produção Acadêmica Amazônica

¹Bruno Ripardo de Aguiar

²Tiago B. de Andrade Costa

Resumo

Este estudo realiza um levantamento da produção acadêmica sobre neurodivergência, com ênfase no Transtorno do Espectro Autista (TEA), no ensino de Geografia na Região Amazônica. A pesquisa, de natureza bibliográfica e exploratória, mapeou e analisou trabalhos disponíveis em repositórios institucionais, identificando tendências e lacunas. Os resultados revelam uma produção ainda incipiente, porém em crescimento, majoritariamente a partir de 2018, concentrada em estados como Pará, Maranhão, Amazonas, Acre e Rondônia. Os estudos analisados focam predominantemente na adaptação de recursos didáticos sensoriais, como materiais 3D e PECS) e na formação docente, apontando para a carência de investigações ancoradas na epistemologia da Geografia. Constatou-se um distanciamento entre os currículos de licenciatura e as demandas da educação inclusiva, exigindo reformulações na formação inicial e continuada de professores. Conclui-se que, embora os trabalhos amazônicos avancem em práticas pedagógicas, é necessário consolidar uma abordagem geográfica mais robusta e interseccional, articulando inclusão, especificidades regionais e as múltiplas formas de perceber e vivenciar o espaço.

Palavras-chave: Neurodivergência; Ensino de Geografia; Transtorno do Espectro Autista; Inclusão Escolar; Amazônia.

Abstract

This study conducts a survey of the academic production on neurodivergence, with an emphasis on Autism Spectrum Disorder (ASD), in Geography teaching in the Amazon Region. The research, of a bibliographic and exploratory nature, mapped and analyzed works available in institutional repositories, identifying trends and gaps. The results reveal a production that is still incipient but growing, predominantly from 2018 onwards, concentrated in states such as Pará, Maranhão, Amazonas, Acre, and Rondônia. The analyzed studies predominantly focus on the adaptation of sensory teaching resources (such as 3D materials and PECS) and teacher training, pointing to a lack of investigations anchored in the epistemology of Geography. A gap was identified between teacher education curricula and the demands of inclusive education, requiring reforms in initial and continuing teacher training. It is concluded that, although the Amazonian works advance in pedagogical practices, it is necessary to consolidate a more robust and intersectional geographical

approach, articulating inclusion, regional specificities, and the multiple ways of perceiving and experiencing space.

Keywords: Neurodiversity; Geography Teaching; Autism Spectrum Disorder; School Inclusion; Amazon.

Introdução

O avanço das políticas de inclusão no Brasil tem impulsionado debates e práticas pedagógicas voltadas à valorização das diferenças cognitivas e sensoriais, entre elas o Transtorno do Espectro Autista (TEA). No entanto, observa-se que há áreas do conhecimento, como a Geografia, em que essa discussão ainda é incipiente, especialmente no contexto amazônico. A necessidade de investigar a interface entre ensino de Geografia, neurodiversidade com ênfase no TEA e inclusão na Região Amazônica justifica a presente pesquisa. Seu principal objetivo é mapear e analisar a produção acadêmica sobre o ensino de Geografia e a temática do autismo na Amazônia, identificando tendências, lacunas e perspectivas teóricas e metodológicas.

A presente pesquisa tem como objetivo fazer um levantamento sobre a produção acadêmica amazônica que aborda a neurodivergência no contexto do ensino de Geografia. Parte-se da constatação de que a inclusão de estudantes neurodivergentes nas práticas pedagógicas geográficas ainda ocorre de forma limitada e pouco sistematizada. A análise inicial de estudos como Bentes (2020), Ribeiro (2019) e De Souza Matos (2020) aponta para a escassez de trabalhos que relacionem as especificidades da neurodiversidade às estratégias e conteúdo da Geografia escolar.

Nesse sentido, este levantamento busca compreender quem são os pesquisadores que tratam dessa temática na região amazônica, identificando se seus estudos possuem caráter empírico, prático ou epistemológico. Também se pretende verificar se os referenciais utilizados são oriundos da Geografia ou de outras áreas, bem como se há predominância de autores brasileiros ou internacionais. Entender essas bases é fundamental para apontar os caminhos que estão sendo trilhados e as lacunas ainda existentes.

Além disso, observa-se que o currículo dos cursos de licenciatura em Geografia, como o da Universidade Federal do Pará (2012), ainda não contempla de forma específica a abordagem da neurodivergência, o que compromete a formação inicial dos futuros educadores.

Esses dados reforçam a urgência de pesquisas e produções acadêmicas voltadas às áreas de inclusão e neurodiversidade no contexto da formação docente em Geografia, especialmente quando se trata de preparar educadores para compreender as diferentes formas de cognição e percepção do espaço geográfico. A percepção dos discentes da UFPA confirma a lacuna existente entre a formação oferecida e as exigências da prática pedagógica inclusiva, apontando para a necessidade de reformulações curriculares, fortalecimento de políticas institucionais de acessibilidade e investimentos em capacitação docente continuada. O fortalecimento do vínculo entre universidade, escola e comunidade também é essencial para promover uma educação geográfica que considere as múltiplas formas de aprender e de se relacionar com o espaço.

Além da neurodiversidade, a discussão sobre inclusão no ensino de Geografia precisa ser ampliada para abarcar as interseccionalidades de raça, gênero, sexualidade e classe, que conformam experiências espaciais distintas e, muitas vezes, marginalizadas. A Geografia Crítica, ao debater como o espaço é produzido e vivido de forma desigual, oferece um arcabouço teórico fundamental para incluir essas perspectivas no currículo. A incorporação de autores negros, indígenas e LGBTQIAP+ não apenas enriquece o campo disciplinar, mas também permite que estudantes se reconheçam no conteúdo programático, transformando a sala de aula em um ambiente verdadeiramente representativo e democrático.

Dessa forma, a inclusão plena exige um projeto pedagógico antirracista, não binário e anticapacitista, que questione as estruturas hegemônicas de produção do conhecimento geográfico. Práticas educativas que valorizam saberes tradicionais, territorialidades quilombolas e indígenas, e que problematizam a normatização dos corpos e afetos no espaço público, são essenciais para uma educação geográfica emancipatória. Portanto, superar a lacuna identificada na formação docente significa preparar os educadores não apenas para adaptar conteúdos, mas para serem agentes de transformação, capazes de ler e ensinar o mundo a partir de uma multiplicidade de vozes e experiências.

Referencial Teórico

Para analisar a complexa interface entre o ensino de Geografia, a neurodiversidade e o contexto amazônico, o estudo foi dividido em três partes: a) as teorias do espaço e do território, com destaque para o conceito de Multiterritorialidade; b) os fundamentos da justiça escolar e da inclusão, ancorados na sociologia da educação de François Dubet; e c) as epistemologias da Geografia da Educação e do ensino de Geografia, que articulam a crítica curricular às práticas pedagógicas sensíveis às diferenças.



O primeiro pilar fundamenta-se na discussão acerca da Multiterritorialidade, desenvolvida por Rogério Haesbaert, onde autor propõe esse conceito como uma resposta crítica ao discurso hegemônico da "desterritorialização". Para ele, mais do que uma perda ou desaparecimento dos territórios, vivemos processos complexos de (re)territorialização, que constroem territórios múltiplos e sobrepostos. Ele define o território como um "continuum" que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e cultural-simbólica, esta última entendida como um processo carregado das marcas do "vivido" e do valor de uso, em oposição à lógica do valor de troca. Essa distinção é crucial para pensar a escola, pois, ela pode ser um território de dominação, quando submetida a lógicas homogeneizantes ou um território de apropriação, quando é efetivamente vivida e significada por seus sujeitos. A noção de multiterritorialidade permite compreender que os estudantes, em especial os neurodivergentes, experienciam a escola a partir de uma imbricação de territórios – o território da sala de aula, o território do seu corpo com suas especificidades sensoriais, o território da sua comunidade e o território virtual, no caso do uso de tecnologias. Esta vivência multifacetada é sintetizada pelo autor ao explicar a natureza dos territórios-rede:

“A principal novidade é que hoje temos uma diversidade ou um conjunto de opções muito maior de territórios/territorialidades com os/as quais podemos ‘jogar’, uma velocidade (ou facilidade, via Internet, por exemplo) muito maior (e mais múltipla) de acesso e trânsito por essas territorialidades – elas próprias muito mais instáveis e móveis – e, dependendo de nossa condição social, também muito mais opções para desfazer e refazer constantemente essa multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004, p. 344).

Dessa forma, a experiência educacional é compreendida como uma rede dinâmica de pertencimentos e territorialidades simultâneas, onde a inclusão depende do reconhecimento e da navegabilidade entre esses múltiplos espaços.

O segundo pilar teórico recorre à sociologia da educação de François Dubet para discutir os princípios de uma escola justa., onde o mesmo argumenta que a justiça escolar não pode se restringir ao modelo puramente meritocrático de igualdade de oportunidades, pois este, ao pretender tratar todos igualmente, ignora as desigualdades sociais prévias e acaba por legitimá-las, tornando-se "cruel" ao responsabilizar individualmente os "vencidos" pelo seu fracasso. Para superar essa limitação, o autor propõe uma concepção multidimensional de

justiça, que articula três princípios: a igualdade de oportunidades sendo a meritocracia, a justiça distributiva, prezando pela equidade, dando mais a quem tem menos e o reconhecimento valorizando as identidades e diferenças. No contexto da inclusão de estudantes autistas na Amazônia, essa tríade é fundamental. A simples garantia de vaga igualdade formal é insuficiente sem políticas de equidade que forneçam recursos e estratégias pedagógicas específicas, sobretudo, sem o reconhecimento pleno de suas particularidades cognitivas e identitárias, incluindo suas interseccionalidades com marcadores de raça, gênero e cultura regional. A complexidade inerente a essa busca pela justiça é explicitada ao afirmar:

“Cada um de nós acredita que a escola justa deve ser tudo isso ao mesmo tempo, que ela deve responder a todas essas concepções de justiça. O problema surge do fato de esta afirmação ser uma pura petição de princípios, pois cada uma das concepções de justiça evocadas entra imediatamente em contradição com as outras”. (DUBET, 2004, p. 539)

Essa advertência é crucial, pois exige um equilíbrio constante, consciente e negociado por parte dos sistemas educacionais, evitando soluções simplistas.

O terceiro pilar integra as contribuições da Geografia da Educação e das epistemologias do ensino de Geografia. Giordani(2022) defendem a educação como um direito territorial, conceito que ultrapassa a ideia de acesso à escola para afirmar que o direito à educação é resultado da luta pela reapropriação do espaço por comunidades historicamente expropriadas. Nessa perspectiva, a geografia da escola pública na Amazônia não é mero reflexo de uma política de Estado, mas expressão da luta socioterritorial. Os autores criticam o abstracionismo espacial das políticas neoliberais, que tratam escolas e estudantes como indiferenciados, impondo currículos padronizados e avaliações em larga escala que desconsideram as geografias reais das escolas e de seus sujeitos. Eles defendem, em contrapartida, uma perspectiva radicalmente oposta:

“Assim, expressamos ser fundamental que a Geografia escolar reconheça as geografias das escolas e dos seus sujeitos, tomando-as como ponto de partida dos processos educativos, configurando-se como um lócus de indagação, problematização e apropriação espaço-temporal. Para isso, é fundamental recuperar os sentidos das escolas como territórios em contínua disputa e produção, fomentando debates e discussões acerca da geografia

que queremos a partir dos contextos específicos das unidades escolares”
(GIORDANI, 2022, p. 317).

Em síntese, a articulação entre a multiterritorialidade, a justiça multidimensional de e a Geografia da Educação como direito territorial fornece um arcabouço teórico robusto para analisar a inclusão no ensino de Geografia. Este referencial permite compreender a escola como um território múltiplo e em disputa, onde a efetiva inclusão de estudantes neurodivergentes exige não apenas adaptações técnicas, mas uma transformação estrutural pautada pela equidade, pelo reconhecimento das diferenças e pela valorização dos saberes e territorialidades locais, conformando um projeto político-pedagógico verdadeiramente antirracista, anticapacitista e emancipatório.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de cunho bibliográfico e exploratório, cujo principal procedimento metodológico consiste na realização de um mapeamento do estado da arte. O levantamento foi conduzido por meio da análise de produções acadêmicas disponíveis nas seguintes bases de dados: Repositório Institucional da UFPA, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/CAPES), Google Acadêmico, além de repositórios de universidades da Região Amazônica.

A análise considerou os seguintes critérios: área de formação dos autores; tipo de abordagem, podendo ser empírica, teórica, prática ou epistemológica; a base teórica; localização geográfica dos estudos, no caso, as instituições da região Norte onde foram produzidos os trabalhos; e por último o ano e o ano e natureza da produção, se é artigo, TCC, dissertação, etc.

Os dados foram organizados de forma descritiva e analítica, com o objetivo de compreender os caminhos e os silêncios existentes na produção acadêmica sobre o tema.

Resultado e Discussões

A análise da produção acadêmica sobre o ensino de Geografia e autismo na Região Amazônica revelou um número ainda limitado de estudos, mas que são de grande importância para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas. Os descritores utilizados para a busca foram “Geografia e autismo”, “ensino de Geografia e TEA”, “educação inclusiva e Geografia” e “neurodiversidade e ensino de Geografia”, com o objetivo de otimizar a

qualidade da pesquisa e delimitar o foco entre Geografia e neurodivergência, evitando a amplitude excessiva da temática de educação inclusiva.

Observou-se que a maior parte da produção identificada é recente, majoritariamente a partir de 2018, o que indica um interesse emergente pela temática. Esses trabalhos, em sua forma de dissertações e artigos, focam-se predominantemente na análise de recursos didáticos e na formação inicial de professores, apontando para uma carência de investigações que partam da epistemologia da Geografia para pensar a neurodiversidade. Fica claro, portanto, que o campo está em construção e demanda investimentos em pesquisas que avancem para além do diagnóstico, propondo e testando metodologias e prática geográficas inclusivas.

Os estados amazônicos com produção identificada foram: Pará, Amazonas, Maranhão, Acre e Rondônia. A seguir, os trabalhos são apresentados com seus respectivos autores, instituições e enfoques:

Pará (UFPA e UEPA)

1. “Geografia escolar e TEA: práticas pedagógicas adaptadas e inclusão no contexto amazônico” – Rodrigo Nogueira de Carvalho (UFPA, 2021)

Este trabalho discute práticas pedagógicas específicas para alunos com TEA no ensino de Geografia em escolas públicas da Amazônia. Carvalho adota uma abordagem qualitativa, baseada em observações participantes e entrevistas com professores. O autor defende a importância da adaptação curricular sensível às realidades locais e culturais, propondo metodologias visuais e táteis para facilitar a aprendizagem de conceitos geográficos. O trabalho avança na direção da valorização dos saberes amazônicos e das necessidades sensoriais específicas de alunos com TEA.

2. “A inclusão por meio de materiais 3D no ensino de Geografia” – Silvana de Sousa Silva e Elane do Socorro Oliveira da Silva (UFPA/UEPA, 2023)

As autoras desenvolvem uma pesquisa-ação que explora o uso de materiais tridimensionais como maquetes, mapas em relevo e objetos manipuláveis. Elas demonstram que os materiais 3D facilitam a apreensão de conceitos abstratos (como escala, relevo e coordenadas) por estudantes autistas, apoiando-se em pressupostos da psicologia histórico-cultural de Vygotsky. Este trabalho dialoga fortemente com o anterior ao reafirmar a centralidade das adaptações sensoriais, mas se diferencia pelo foco técnico no desenvolvimento de materiais adaptados.

3. “Interseccionalidades e deficiência: narrativas de mulheres na Amazônia” – Keiliane de Lima Bandeira e Kamilla Sastre da Costa (UFPA, 2022)

Diferentemente dos demais, este trabalho adota uma perspectiva crítica interseccional, abordando a deficiência junto a marcadores de gênero, raça e território. Com base em entrevistas narrativas, as autoras evidenciam como mulheres autistas da Amazônia vivem múltiplas exclusões sociais e educacionais. Embora não seja focado exclusivamente no ensino de Geografia, contribui ao discutir como a invisibilização das experiências femininas autistas impactam o acesso e a permanência escolar, abrindo novas dimensões para pensar a inclusão.

4. “Inclusão de crianças indígenas com TEA na educação infantil” – UNIFESSPA (2024)

Este estudo de caso investiga práticas de inclusão de crianças indígenas autistas no sul do Pará. Utiliza observação participante e entrevistas com educadores e familiares, apontando que a inclusão efetiva exige reconhecer as especificidades culturais indígenas e os modos próprios de expressar e vivenciar o autismo. Apesar de ser focado na Educação Infantil, o trabalho oferece reflexões valiosas para a Educação Geográfica ao defender abordagens pedagógicas interculturais e anticapacitistas.

Amazonas (UFAM)

5. “A atuação dos movimentos sociais ligados à causa autista” – Ana Angélica Coelho Barros Oliveira (UFAM, 2022)

Ana Oliveira realiza um estudo de caráter etnográfico com movimentos sociais do Amazonas que lutam pelos direitos de pessoas com TEA. O trabalho demonstra como as articulações políticas influenciam diretamente a construção de políticas públicas educacionais inclusivas. Embora não se restrinja ao campo da Geografia, é relevante porque evidencia o papel dos sujeitos autistas na disputa por uma educação que respeite a diversidade, sugerindo que o ensino da Geografia também deve incorporar dimensões políticas da cidadania.

Rondônia (IFRO)

6. “O Ensino da Geografia para Discentes com Transtorno do Espectro Autismo – TEA dos Anos Iniciais” – Eduarda Daiane Pereira Fonseca e Sirley Leite Freitas (IFRO, 2024)

Neste trabalho, as autoras analisam práticas inclusivas no ensino de Geografia para crianças com TEA nos anos iniciais do ensino fundamental. Baseadas em revisão bibliográfica e em relatos de experiências escolares, elas enfatizam o uso de recursos visuais, atividades práticas e adaptações na linguagem. Defendem a necessidade de formação continuada dos professores em inclusão e Geografia, apontando que a efetividade das práticas pedagógicas depende de uma abordagem interdisciplinar e colaborativa.

Maranhão (UEMA)

7. **“Ensino cartográfico e autismo: representações espaciais para alunos com TEA” – UEMA (2024)**

Este estudo propõe estratégias para o ensino da cartografia básica para alunos autistas, utilizando desenhos, jogos e mapas adaptados. Adota uma metodologia de intervenção pedagógica baseada em princípios da psicopedagogia, destacando que o ensino de representações espaciais precisa ser altamente visual e progressivo para atender às necessidades de processamento cognitivo de alunos com TEA. Relaciona-se ao trabalho de Rondônia na ênfase sobre o papel da adaptação visual, mas traz uma contribuição específica sobre cartografia.

8. **“Lugar e PECS: a construção do conceito de lugar para estudantes com TEA” – Samara Pacheco Silva Barbosa e Giseli Gomes Dalla Nora (UEMA, 2024)**

Samara e Giseli apresentam uma pesquisa de campo que associa o uso do sistema PECS (Picture Exchange Communication System) ao ensino do conceito geográfico de "lugar". Elas mostram que o PECS, ao associar imagens a palavras e ações, pode ser um recurso poderoso para alunos com TEA internalizarem noções espaciais, emocionais e afetivas sobre o espaço vivido. Trata-se de um trabalho inovador que articula comunicação alternativa e construção de conceitos geográficos.

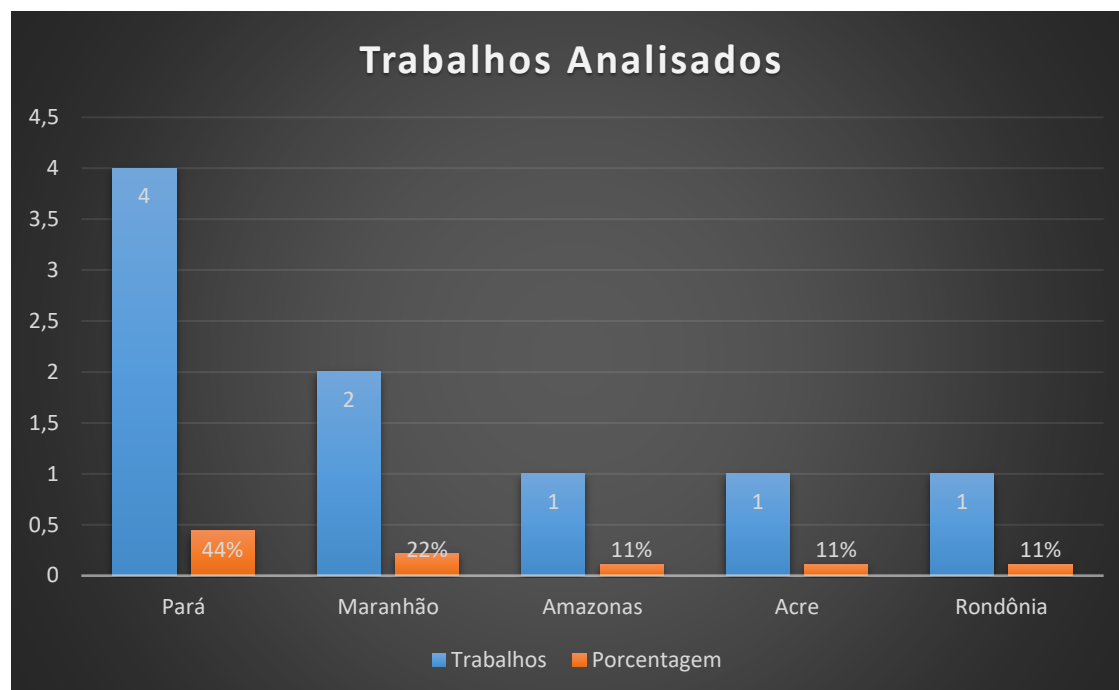
Acre (UFAC)

9. **“Práticas inclusivas no ensino de Geografia: uma revisão sistemática” – Dival Vieira de Araújo Neto (UFAC, 2023)**

Dival Vieira realizou uma revisão sistemática da literatura científica sobre práticas inclusivas no ensino de Geografia. O autor identifica tendências metodológicas, uso de tecnologia assistiva, metodologias ativas, estratégias sensoriais e lacunas poucas abordagens interculturais e interseccionais. O estudo serve como base teórica para os demais trabalhos, reforçando a importância de pesquisas que unem teoria, prática e compromisso com a inclusão crítica e contextualizada.

Com base nos 9 trabalhos identificados, a distribuição por estado é a seguinte:

- Pará: 4 trabalhos (44,4%)
- Maranhão: 2 trabalhos (22,2%)
- Amazonas: 1 trabalho (11,1%)
- Acre: 1 trabalho (11,1%)
- Rondônia: 1 trabalho (11,1%)



Os trabalhos analisados demonstram um avanço coletivo nas práticas pedagógicas inclusivas no ensino de Geografia, principalmente no contexto amazônico, onde as complexidades culturais e territoriais tornam a inclusão escolar ainda mais desafiadora. Há consenso entre os estudos sobre a importância da adaptação sensorial dos materiais didáticos, priorizando recursos visuais e táteis, do uso de metodologias ativas e individualizadas e do reconhecimento das especificidades culturais de povos indígenas e populações periféricas.

As diferenças entre os trabalhos se concentram no grau de aprofundamento social: enquanto alguns focam em soluções metodológicas, como o uso do PECS ou de materiais 3D, outros, como o de Keiliane Bandeira, ampliam a discussão ao tratar das relações entre gênero, deficiência e território.

No que se refere às metodologias empregadas, prevalece a pesquisa qualitativa, especialmente com uso de entrevistas, estudos de caso e observação participante. Observa-se também um crescimento no uso de abordagens participativas e interculturais. De forma geral, os estudos indicam um amadurecimento no campo da inclusão em Geografia, com avanços na integração entre teoria, prática e as demandas específicas dos estudantes autistas da Amazônia. Essa evolução dialoga profundamente com as reflexões de François Dubet (2004) sobre a justiça escolar. Para ele, uma escola justa não se limita à meritocracia formal, mas deve garantir mínimos educacionais a todos, tratar dignamente os “vencidos” do sistema e reconhecer que as desigualdades escolares não podem reproduzir ou ampliar injustiças sociais. No contexto amazônico, isso significa que a inclusão de estudantes autistas não pode ser reduzida a adaptações pontuais; ela exige uma transformação estrutural que considere as

múltiplas dimensões da exclusão, que pode ser: territorial, cultural, econômica e de gênero, tal como apontado nos artigos analisados.

A noção de justiça como reconhecimento, presente implicitamente em Dubet e explicitamente em autores da sociologia da educação, é central nesse debate. Incluir, na Amazônia, significa não apenas adaptar conteúdos, mas valorizar os saberes locais, respeitar modos de vida e compreender como as identidades indígenas e ribeirinhas interagem com a condição autista. Ignorar essas interseccionalidades seria perpetuar uma visão abstrata e homogeneizante do ensino, criticada tanto por Dubet quanto pelos autores que discutem a geografia escolar como campo de investigação cultural e política.

Além disso, a Geografia da Educação, como apresentada no terceiro artigo, reforça a ideia de que a escola é um território em disputa. A inclusão, portanto, não é um ato técnico ou neutro, mas um projeto político que exige a participação das comunidades na definição de currículos, metodologias e políticas educacionais. A ênfase na gestão democrática e no Projeto Político-Pedagógico como instrumentos de territorialização do direito à educação ressoa com a defesa de Dubet (2004) por uma escola que combine meritocracia, equidade e reconhecimento.

Os artigos convergem ao destacar que a inclusão efetiva depende da superação do abstracionismo espacial das políticas neoliberais, como é abordado por Giordani (2002), que tratam escolas e estudantes como indiferenciados. Pelo contrário, é necessário construir políticas educacionais situadas, que partam das geografias reais das escolas e de seus sujeitos. Isso implica ouvir professores, alunos, famílias e comunidades, valorizar suas narrativas e reconhecer que a produção do conhecimento geográfico escolar é também uma produção cultural e política.

Por fim, a discussão sobre a inclusão de estudantes autistas na Amazônia à luz de Dubet (2004) e da geografia crítica nos lembra que a justiça escolar só se realiza quando a escola é capaz de acolher a diferença sem hierarquizá-la, quando combate estigmas e quando se assume como espaço de formação para a cidadania territorial. Isso exige, como bem sintetizam os artigos, investimento em formação docente, garantia de recursos adequados e a revogação de políticas homogeneizantes, como a BNCC e a reforma do ensino médio, que aprofundam lógicas excludentes.

Em síntese, a inclusão escolar na Amazônia, e em qualquer contexto, deve ser entendida como um processo multidimensional que articula justiça curricular, justiça distributiva e justiça do reconhecimento, conformando uma escola verdadeiramente democrática e transformadora.

Considerações Finais

O presente levantamento revelou que, embora ainda escassa, a produção acadêmica sobre ensino de Geografia e autismo na Região Amazônica vem crescendo e se diversificando. Os estudos identificados apresentam contribuições importantes no campo da adaptação didática, uso de tecnologias assistivas, formação docente e interseccionalidades. Entretanto, ainda se verifica a ausência de uma sistematização mais robusta dentro da Geografia como campo específico de conhecimento, especialmente no que se refere à articulação entre os saberes geográficos e as especificidades do TEA.

O distanciamento entre os conteúdos curriculares dos cursos de licenciatura e as demandas da educação inclusiva é um dos principais obstáculos identificados, o que exige a reformulação dos projetos pedagógicos, a inserção de disciplinas obrigatórias sobre inclusão e o incentivo à pesquisa nessa interface. A experiência do questionário aplicado a discentes da UFPA reforça esse cenário, ao demonstrar que grande parte dos futuros professores se sente despreparada para atuar com alunos neurodivergentes, ainda que reconheçam a importância do tema.

Avançar no ensino inclusivo da Geografia requer investimentos em formação continuada, apoio institucional e o fortalecimento do diálogo entre universidade, escola e sociedade. Ao iluminar os caminhos já trilhados por pesquisadores amazônidas e revelar as lacunas ainda existentes, este estudo pretende contribuir para a consolidação de uma Geografia escolar verdadeiramente inclusiva, sensível à pluralidade de sujeitos que compõem o espaço educacional.

Referências

BENTES, Rodrigo Nascimento. (2020). *”o uso de tecnologias assistivas (ta) com materiais de baixo custo no ensino de geografia para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com surdez”*. Revista Brasileira de Educação em Geografia, 10(19), 592-605.

DE SOUZA MATOS, Maria Almerinda; DOS SANTOS, Christiane Bruce. (2020). *Estado da arte de pesquisas sobre Tecnologia Assistiva na Região Norte*. Revista Principia-Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB, n. 48, p. 210-219.

RIBEIRO, Andréa Renata da Silva. (2019). *O professor de geografia e o desafio da educação inclusiva*. TCC (Graduação em Geografia) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus.

ARAUJO NETO, Dival Vieira de. (2023). *Geografia e Educação Inclusiva no Estado do Acre: Uma Revisão Sistemática*. UFAC.

BANDEIRA, Keiliane de Lima; COSTA, Kamilla Sastre da. (2022). *Mulheres com deficiência na Amazônia*. UFPA.

BARBOSA, Samara Pacheco Silva; NORA, Giseli Gomes Dalla. (2024). *Sentidos de Lugar e Espaço Geográfico com o uso do PECS em alunos com TEA*. UEMA.

CARVALHO, Rodrigo Nogueira de. (2021). *Práticas no Ensino de Geografia para Alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA*. UFPA.

FONSECA, Eduarda Daiane Pereira; FREITAS, Sirley Leite. (2024). *O Ensino da Geografia para Discentes com Transtorno do Espectro Autismo – TEA dos Anos Iniciais*. IFRO.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. (Diversas obras sobre inclusão).

MIRANDA, Valena Rodrigues; LUNA, Carla Solange Azevedo de. (2023). *Autismo na Adolescência: Uma Análise Multidisciplinar a partir do Estado do Conhecimento*. UEPA.

OLIVEIRA, Ana Angélica Coelho Barros. (2022). *Movimentos sociais e a causa autista*. UFAM.

SILVA, Antonia Simone Araujo da et al. (2024). *Transtorno do Espectro do Autismo na Sociedade Indígena: Limites e Possibilidades para Inclusão Escolar*. UNIFESSPA.

SILVA, Silvana de Sousa; SILVA, Elane do Socorro Oliveira da. (2023). *Ensino de Geografia e Transtorno do Espectro Autista: Proposição de Material 3D*. UFPA / UEPA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. (2012). *Projeto Pedagógico do Curso de Geografia - Licenciatura*.

Dubet, F. (2004). O que é uma escola justa? *Cadernos de pesquisa*, 34(123), 539-555.

Giordani, A., Giroto, E. D., & de Oliveira Soares, M. (2022). Produzir a política a partir da escola: geografia da educação, docências e espacialidades escolares. *Revista da ANPEGE*.